

VIOLÊNCIA E Esvaziamento Humano na Dominação do Capital Fictício (Um Breve Olhar)

Carlos Alberto Ferreira Lima¹

Resumo

A violência no mundo do capital é a tônica maior. Em todos os lugares da extensa e profunda divisão social do trabalho, a violência se encontra presente. Na realidade, esta é imanente ao mundo do capital, pois, no momento em que transforma o trabalhador em mercadoria e mesmo antes de transformá-lo em trabalhador livre, o expropria de seus meios de produção. O trabalho enfatiza que a violência não é um fenômeno natural e, sim, social. Na primeira seção o fenômeno da violência é apresentado na própria dinâmica capitalista. Na segunda seção traça-se uma discussão sobre o setor terciário da economia, as políticas públicas e o aumento da violência hoje. Na terceira seção discutem-se aspectos do caso brasileiro, e na quarta seção concluímos com as cidades.

Palavras-chave: Violência. Superávit primário. Mercadoria. Trabalho informal. Não-mercadoria.

Abstract

The violence in the capital world is the biggest tonic. Anywhere we direct our view, we see violence. In reality, it is immanent to the capital world at the moment it transforms workers into commodity and before it transforms him into a free worker, it expropriates his production tools. The present communication looks to show that violence is not a natural phenomenon, but a social one. In the first section, the phenomenon violence is presented inside the capitalistic dynamism. In the second section, it discusses the tertiary sector, public politics and the increase of violence in our world today. In the third section, looks into the situation in Brazil, all that has been discussed in the previous sections. The fourth section does some considerations about the form that violence has assumed in the contemporaneity, particularly in the cities of Brazil.

Key-words: Violence. Primary surplus. Commodity. Informal work. Non-commodity.

¹ Carlos Lima é mestre e doutor em economia por Paris I, Panthéon/Sorbonne. Atualmente é coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Neppos/Ceam).

O *político*, esse é o problema. O neoliberalismo é seu coveiro. [...] O “cidadão” não é mais do que mera marionete do acionista. O refinamento das técnicas de publicidade, que enobrece os antigos “reclames”, e do *marketing*, cuja polivalência “lança” um artista *pop*, um romancista, um gerente, um senador ou um primeiro-ministro como se fossem uma marca de sabonete ou de fraldas, reveste os desejos de consumo, criados em toda a extensão das prateleiras dos grandes mercados, de seduções muito eficazes. [...] Venda, compra, espetáculo: os corpos, notadamente de mulheres, são os “portadores” favoritos, derrubando as últimas barreiras entre público e privado, entre exposto e íntimo.

Georges Labica

Introdução

Vários são os métodos que procuram apreender o real, mas, do nosso ponto de vista, só a dialética materialista permite colocar o objeto em uma totalidade maior que o determina. Neste sentido, o fenômeno a ser aqui desenvolvido insere-se no modo capitalista de produção. Este, por sua vez, tem como produção mais simples e elementar a mercadoria. Assim sendo:

À primeira vista, a riqueza burguesa aparece como uma descomunal acumulação de mercadorias, e a mercadoria individual, como sua existência elementar. Sem embargo, toda mercadoria se apresenta sob o duplo ponto de vista de *valor de uso* e *valor de troca* (MARX, 2008^a, p. 9). (Tradução livre, CL). (grifos do autor)

A forma social mercadoria que os produtos do trabalho humano adquirem no capitalismo se constitui em uma unidade contraditória: valor de uso/valor de troca, trabalho concreto/trabalho abstrato, trabalho privado/trabalho social, trabalho vivo/trabalho morto, forma relativa/forma equivalente do valor, etc. É o desdobramento e desenvolvimento do mundo do capital que vai produzindo e reproduzindo essa forma social, e, conseqüentemente, novas contradições que se somam às antigas vão aparecendo no seu périplo.

Alguns condicionantes históricos são necessários para que o capital se efetive e passe a dominar as relações sociais. Em primeiro lugar, há a necessidade de que os transportes e o comércio tenham se desenvolvido para que as mercadorias possam ser transportadas e comercializadas. Em segundo lugar, os meios de produção – instrumentos e objeto de trabalho – têm que funcionar como e enquanto capital. Não é suficiente que a máquina seja um instrumento de trabalho. Na realidade, ela tem que funcionar como capital constante fixo nas mãos do trabalhador, sob o domínio do funcionário do capital: o capitalista. Assim, o sujeito na *relação capital* é o próprio capital, enquanto a mercadoria e o dinheiro são predicados do sujeito. Em terceiro lugar, o proprietário dos meios de produção e subsistência tem que encontrar, no mercado, a mercadoria que valorizará seu capital: a força de trabalho (o capitalista encontra-a

pronta e integral). Ela serve como suporte de valor, já que leva e carrega os predicados (FAUSTO, 1983). Nesse sentido, o valor de troca aparece como determinante do processo de trabalho que engendra o capital, enquanto nas formações econômico-sociais pretéritas a determinação do processo produtivo era o valor de uso. A sociedade capitalista aparece, então, como a sociedade mercantil *par excellence*. Os produtos do trabalho humano, assim como o próprio homem, assumem a forma social mercadoria: são produzidos para a troca, visando à produção e à apropriação do mais-valor. O inusitado não é se produzir mercadoria, mas, sim, o homem ter virado mercadoria. Como diz Marx (2008b, p. 36):

Portanto, uma vez que a força de trabalho se encontra no mercado como mercadoria de seu possuidor, como mercadoria cuja venda ocorre sob a forma de pagamento do trabalho, sob a figura de salário, então sua compra e venda não representa nada mais surpreendente que a compra e venda de qualquer outra mercadoria. O característico não é que se possa comprar a mercadoria força de trabalho, senão que a força de trabalho apareça como mercadoria. (Tradução livre, CL)

O que aparece na circulação mercantil como sendo uma troca que pressupõe a igualdade – venda da força de trabalho pelo seu proprietário e compra pelo capitalista – é, na realidade, uma violência contra o trabalhador, pois o mais-valor é trabalho não pago apropriado pelo capitalista, revestindo, na circulação, a aparência de uma troca entre iguais. O aparecer social manifesta, nessa esfera, as formas sociais as mais diversas. No plano das ideias, essas têm que ter uma aparência real para poder circular (CAMPOS, 1980). Portanto, a função do processo de circulação das ideias dominantes constitui-se, entre outras coisas, no amortecimento da combatividade operária e sua alienação. A título de exemplificação, o aparato superestrutural do Estado, em termos do ordenamento jurídico, reza que todos os indivíduos são iguais perante a lei. Tal assertiva é produto da Revolução Francesa de 1789, que promete uma igualdade formal entre os homens, em contraposição à dominação religiosa, que pregava a igualdade das almas. O que a dominação capitalista fez foi proclamar a igualdade jurídica dos indivíduos que convivem nessa formação econômico-social. Esse artifício ideológico propicia a ocultação da desigualdade real entre os homens, uma vez que a verdadeira igualdade ainda não foi consumada e nem pode sê-lo na sociedade dominada pelo capital. Entretanto, o envelopamento do real encontra sua justificativa nas condições materiais de reprodução da sociedade.

Como diz Lukács (2004, p. 29):

Permita-se-nos uma advertência metodológica. Todos os argumentos que aparecem contra a democracia, o progresso, a razão e o humanismo não são meramente imaginários senão que provêm do ser social de nossa época. Não vêm, como diz Marx, dos livros para a vida, senão da vida para os livros. Isso tem uma consequência: todos os raciocínios, intelectualmente, refletem problemas reais, sofrimentos reais, necessidades reais, desde logo, de forma distorcida. Devido a isso, possuem certa legitimidade, não são simplesmente refutáveis pela prova de sua contraditoriedade ou insensatez. Essa contraditoriedade, essa insensatez, provêm de necessidades reais (naturalmente, de forma distorcida). (Tradução livre, CL).

Não por acaso, o voto universal, ainda hoje, serve de anestésico aos cidadãos. Parece, para a sociedade, que o voto do maltrapilho é igual ao do presidente, por exemplo, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Ledo engano. Apesar de ambos depositarem um voto na urna e de esse fato dar a sensação de igualdade entre os cidadãos, a essência do ato é que os agentes sociais em tela possuem poderes sociais diferenciados, já que “o homem traz no bolso o poder social que ele tem” (MARX, 2008a, p. 189). Portanto, sua influência no processo é diretamente proporcional a esse poder. Assim, no jogo de forças sociais, nas lutas sociais, os cidadãos não se encontram irmanados e, sim, o representante da classe dominante luta para manter o *status quo*, enquanto o outro tem, por destino histórico, procurar destruir a dominação de classe. Dependendo das condições econômico-sociais, a ideologia dominante obstaculiza tal *desideratum* próprio à classe dominada. A ideologia dominante, ao ser veiculada e consumida, obscurece as relações reais, conflitivas, contraditórias e antagônicas que são produzidas e reproduzidas no mundo do capital. As dificuldades para a classe dominada são múltiplas. O trabalho de desmistificação da ideologia burguesa não é fácil. Além de lutar contra as aparências enganosas da circulação de homens e coisas, a classe trabalhadora tem que envidar esforços no sentido de combater a falta de formação; informação; a manipulação dos meios de comunicação de massa, servindo aos interesses da burguesia; a avalanche de não mercadorias culturais – novelas, filmes pornô, revistas de sexo, prostituições masculina e feminina, etc. –, que contribuem, sobremaneira, para a despolitização e alienação dos trabalhadores no que tange ao entendimento de suas relações reais. Assim, por exemplo:

A televisão brasileira transforma em espetáculo as prostituições feminina e masculina, embeleza as enchentes e os incêndios, transforma os assaltos e os sequestros em romances policiais. Os programas infantis, aterradores, cheios de monstros, de invasores, têm por objetivo produzir uma criança amedrontada, pronta a abrir mão de sua liberdade em troca da segurança que o Leviatã autoritário lhe oferecerá; à noite, os enlatados transformam justiceiros, grupos de extermínio, em heróis, estimulando o crime que, de dia, ela condena (CAMPOS, 1996, p. 17).

É o próprio desenvolvimento e o desdobramento do capitalismo que permitirão que possamos apreendê-lo em sua positividade e negatividade. As crises intermitentes – produzidas pelo desenvolvimento contraditório intra e entre departamentos, tanto de meios de consumo quanto de meios de produção e de suas relações, que solaparam o capitalismo durante todo o século XIX – são a manifestação concreta das relações espasmódicas que (des)norteiam esse modo de produção.

Não interessa, para o processo de reprodução ampliada do capital, se grande parte da sociedade está faminta. O capitalista vislumbra o lucro, a valorização do capital em qualquer um de seus variegados estágios. A violência é diretamente proporcional à magnitude do capital. O problema é que o processo de acumulação implica o aumento da composição orgânica e, assim, os capitalistas são obrigados a investir em máquinas, diminuindo a massa de homens que trabalha relativamente ao capital total, enquanto cresce a participação do capital constante. A dinâmica inerente ao capital constitui-se em uma violência ao trabalhador quando o substitui pelo capital coisa, pela máquina, pela gelidez do aço na sua utilização capitalista. Ao investir em máquinas, tem-se o aumento da produtividade, a diminuição do custo unitário da mercadoria e um aumento da massa de mercadorias. O que os capitalistas perdem na unidade, em tese, ganham na massa de mercadorias produzidas. O problema que se põe é que, ao investir em máquinas, há uma diminuição relativa da massa salarial, o que provoca uma crise de insuficiência de demanda, como já havia sido diagnosticada pelos subconsumistas Malthus, Sismondi, Hobson, Marx, Rosa Luxemburgo, Keynes e tantos outros. Dito de outra forma, a dinâmica capitalista é autofágica: provoca crises de subconsumo, realização, sobreacumulação e baixa da taxa de lucro.

A mais séria crise que abalou os alicerces da sociedade capitalista foi, ineludivelmente, a de 1929, quando a ideologia liberal e o mundo fundado em uma estrutura bidepartamental (departamento I, produtor de máquinas de produzir máquinas; e departamento II, produtor de meios de consumo) não mais tiveram condições de se reproduzir. O mundo das mercadorias, forma elementar da riqueza na sociedade burguesa, passa a ser negado. Por um lado, a estrutura macroeconômica não mais pôde dinamizar-se fundada nos dois departamentos, uma vez que o diagnóstico malthusiano se fazia presente, qual seja, havia uma insuficiência de demanda de bens de consumo na economia; e, por outro lado, a ideologia liberal chegara ao seu *finishing*, visto que a mão invisível do mercado já havia, inclusive, mostrado ao que viera: era a mão armada. Assim:

Os liberais, favoráveis à livre concorrência, até mesmo entre brancos e índios, aprovaram na democrática Câmara de Filadélfia, uma lei que garantia o paga-

mento de US\$ 100, US\$ 50 e US\$ 20 pelos escalpos de índios adultos, mulheres índias e crianças índias, respectivamente; os neoliberais lançam bombas atômicas no Japão, bombas napalm no Vietnã, fazem a guerra na Coreia, destroem o Kuwait, desembarcam em Granada, ameaçam Cuba, armam os Contras na Nicarágua, alimentam o fogo em El Salvador, enviam a 4ª frota para garantir o golpe de 64 no Brasil, assassinam Allende.

Os liberais ingleses destroem o artesanato indiano, conquistam o Egito, armam Cecil Rhodes nas guerras contra a Bechinalândia, a Zuzulândia, etc., na África; dobram a China por meio da guerra do ópio (1840); enforcam liberalmente seu rei e, liberalmente, põem outro em seu lugar; [...]

Os liberais ingleses obrigaram D. João VI a abrir os portos brasileiros para as mercadorias inglesas; os neo-neoliberais americanos impõem o escancaramento de nossa economia aberta, desde o fim da Segunda Guerra, em nome da liquidação da reserva de mercado. (CAMPOS, 1996, p. 23).

O mundo liberal entra em crise definitiva em 1929, pelo esgotamento das possibilidades de desenvolvimento incrustadas nos dois departamentos aludidos. A saída para o mundo do capital em crise é a assunção, pelo Estado capitalista, da demanda agregada, que se apresentava insuficiente, conforme diagnóstico keynesiano. O Estado tem que complementar a demanda, que se encontra combalida por causa da distribuição capitalista da renda, uma vez que o processo de reprodução ampliada dispensa trabalhadores e a massa salarial diminui, provocando as crises de subconsumo e realização. Dessa forma, o Estado passa a consumir no lugar dos trabalhadores assalariados. Mas ele consome produtos bélicos, espaciais; consome fazendo gastos *wholly wasteful* e não parcialmente dissipadores. Assim, a proposta keynesiana é implementada no lugar da teoria neoliberal.²

O mundo que se soergue pós-crise é um mundo fundado na produção de não mercadorias – não-meios-de-consumo e não-meios-de-produção (CAMPOS, 1980). Para que o capitalismo pudesse “marchar”, a estrutura produtiva modificou-se: passou a ser tridepartamental. O departamento III é o produtor de não mercadorias, que vai capitanear a economia a partir de então.

Sob a óptica marxista, o capitalismo é o mais revolucionário e transformador modo de produção até hoje existente. Ele tem que revolucionar, constantemente, as forças produtivas, as relações de produção, os valores, a ética,

2 “Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, numa reunião convocada por Friedrich Hayek, um grupo de intelectuais conservadores (entre eles Karl Popper, Milton Friedman, Ludwig von Mises, Lionel Robbins, etc.), percebendo a avalanche keynesiana que se aproximava, da qual o New Deal, de forma involuntária, tinha sido uma boa amostra, resolve partir para a ofensiva, visto que o ambiente que, a largos passos, ia se desenhando no mundo ocidental era completamente hostil (na visão deles) ao desenvolvimento de uma sociedade inteiramente organizada pelo mercado. [...] Mas o vento da História soprava contra essa meia dúzia de pregadores, de modo que suas ideias ficaram engavetadas por pelo menos três décadas” (PAULANI, 2008a, p. 67-68).

etc. Mas é a partir de 1929 que essa “pulsão” erótica do capital se interverte e – ao invés de taxas de acumulação crescentes e de aumento do emprego, da renda – o crescimento das forças produtivas tem que ser contido, paralisado, freado para que o vetusto enfermo sobreviva por mais algum tempo. Nesse sentido, apõe o maior ideólogo-economista do século XX:

Nem sequer o desvio mais notável para a ação social centralizada em grande escala – a conduta da última Guerra – encorajou os reformadores ou desfez preconceitos antiquados. É verdade que haveria muito a dizer de ambos os lados. A experiência da Guerra na organização da produção socializada deixou alguns observadores mais próximos com um otimismo ansioso de reproduzi-la em tempos de paz. *O socialismo de guerra, sem dúvida, alcançou uma produção de riqueza numa escala muito maior do que a já conhecida em período de paz, pois, embora os bens e serviços produzidos se destinassem à extinção imediata e inútil, eles não deixavam de representar uma riqueza.* Não obstante, a dissipação de esforços também foi prodigiosa, e a atmosfera de desperdício e de negligência com os custos era repugnante para os espíritos parcimoniosos e prudentes (KEYNES, 1984, p. 118). (Grifos nossos.)

A proposta keynesiana é, portanto, a produção tanática, destruidora, a guerra, não produtora de riqueza com o fito de preservar as relações capitalistas de produção.

Após o *boom* pós-guerra, o ataque aos movimentos sociais, sindicatos, partidos e implantação de salário de fome tem-se uma redistribuição de renda para a elite e para os 10% imediatamente abaixo dela. É a lógica da distribuição capitalista. Não se distribui renda para os mais pobres e, sim, para aqueles que têm condições de garantir a demanda para as mercadorias produzidas; a estrutura macroeconômica está voltada para o atendimento de consumo da elite e da “classe média” alta e não da maioria da sociedade.

Por outro lado, o complexo militar-industrial ergue-se como um poder que supera, sobrepõe-se, penetra e estrutura os demais poderes da república, como se referiu o general Eisenhower em seu discurso de despedida da Presidência da República dos Estados Unidos da América (COOK, 1964). Esse complexo militar-industrial é a manifestação concreta da dominação, no capitalismo, do capital fictício.³ Isso foi feito por meio da emissão de moeda-

3 Esta categoria é definida, por Marx “em contraposição ao capital real. Enquanto o capital real, no processo de produção, por meio da exploração da força de trabalho, gera mais valia que garante sua própria expansão, o capital fictício é analisado como aquele que surge quando o sistema de crédito se desenvolve, porque com ele o capital parece dobrar, triplicar, graças ao fato de que o mesmo capital aparece de diversas maneiras, em várias mãos.

Apesar de surgir e se desenvolver com o aumento do crédito, o capital fictício não é o crédito em si mesmo. O crédito, usado pelo capitalista industrial, potencializa a produção apressando e aumentando a sua escala e permitindo a geração maior de mais-valia.

estatal e endividamento público, em que o Estado passou a contratar trabalhadores improdutivo-destrutivos que não criam nenhum átimo de valor, mas, em compensação, demandam mercadorias. Nesse sentido, “o limite do capital é o próprio capital” (MARX, 2009, p. 321). É o desenvolvimento da produção improdutivo-destrutiva que modificará, profundamente, as estruturas da produção e do consumo capitalistas. A principalidade desse processo produtivo será, a partir de então, a produção de não-mercadorias, “resolvendo”, transitoriamente, a crise de demanda diagnosticada por Keynes.

O setor serviços e as políticas públicas

Com a crise de 1929, desenvolve-se e institucionaliza-se o departamento III da economia, detentor da produção improdutivo-destrutiva em que o setor serviços, o terciário, crescerá de forma exponencial, juntamente com a produção bélica, o que caracteriza, de forma insofismável, a prevalência da demanda estatal para a dinamização da economia capitalista. O setor terciário é não produtor de valor, não é produtor de excedente econômico, portanto não é produtor de mais-valor. O trabalho aí desenvolvido é, caracterizadamente, trabalho improdutivo. Ao mesmo tempo, cresce e se desenvolve o setor bélico, cujo trabalho é, claramente, destrutivo e, *pour cause*, não criador de valor. Dito de outra forma, a saída vislumbrada por Keynes é garantir a demanda para as mercadorias que não encontram compradores no mercado e, *pari passu*, frear o desenvolvimento das forças produtivas em favor do desenvolvimento das forças improdutivo-destrutivas.

O genial Lord Keynes – o mais talentoso ideólogo economista do século XX –, em seu diagnóstico da crise por que passava a economia capitalista, homogeneizou a demanda de bens de consumo à demanda de bens de investimento. Ao fazê-lo, diagnosticou a crise como sendo de insuficiência de demanda efetiva; logo, a solução estaria em mais investimentos por parte dos capitalistas. Ele, com isso, imputa a crise à insuficiência de bens de investimento. Dessa forma, esconde que a crise se deve à insuficiência de demanda de bens de consumo, como bem determinara Marx. Os investimentos propostos por Keynes não visavam a um aumento dos bens de consumo (até porque as prateleiras estavam repletas de mercadorias encalhadas no mercado). Dessa forma, sua proposta foi a do deslocamento do Estado da esfera da produção para a da circulação. Assim, o governo utilizaria o dispêndio público para fazer despesas “completamente e não parcialmente dissipadoras” (KEYNES, 1970, p. 129).

O capital fictício, ao contrário, surge quando o crédito está desenvolvido, e suas operações difundidas suficientemente para que ‘toda renda em dinheiro determinada e regular apareça como juros de um capital, seja essa renda proveniente ou não de um capital’ (Marx)”. MOLLO, 2010: 132).

Nesse sentido, o DIII se desenvolverá, exponencialmente, a partir de 1929. O Estado, que se desenvolve a partir de então, é o do Bem-Estar Social, que O' Connor (1977), corretamente, denomina *well/warfare state*. A dinâmica desse Estado é fundada na emissão de moeda-estatal e endividamento público, proporcionando um sensível desenvolvimento da economia capitalista. Diferentemente do que é propalado pelos meios de comunicação de massa, tanto a inflação quanto o endividamento público são fundamentais para o desenvolvimento do mundo do capital que ocorre pós-crise de 1929. Dessa forma, o Estado passou a ser o consumidor monopsonônico e, portanto, o responsável pela dinamização da economia. Os trinta gloriosos anos estavam assentados na demanda junto ao complexo militar-industrial, nos produtores de artefatos espaciais, na produção de estradas duplas, hidrelétricas, superinfectivas, no espetacular crescimento do setor terciário, etc.

A mutação ocorrida no processo sociometabólico capitalista é, então, notável. Durante o século XIX até início do seguinte, o crescimento das forças produtivas constituiu-se na fase positiva do mundo do capital, em que a produção de mercadorias conhece sua diversificação e desenvolvimento fundados em um mundo bidepartamental. Em 1929, a produção capitalista se interverte e, então, a fase negativa do ciclo passa a ter prevalência, já que o departamento III (produtor de não-mercadorias) passa a dominar o processo produtivo-consuntivo. Nesse sentido, a produção destruidora (na qual predomina o trabalho improdutivo-destrutivo) passa a dominar o processo. As consequências se tornam devastadoras para a sociedade (como atualmente), no momento em que essa nova dinâmica entra em crise; no momento em que a produção de não-mercadorias não mais serve para solucionar, provisoriamente, o desenvolvimento tortuoso do modo capitalista de produção.

A servidão brasileira

Já na década de 1970, a *débâcle* do Estado do Bem-Estar Social e o crescimento das práticas e ideais neoliberais se manifestam. É exatamente no início dos anos 1980 que a formação econômico-social brasileira se integrará ao movimento de expansão cíclica da economia internacional. Isso significa que, à medida que essa integração se tornava e se torna mais estreita ao modo de funcionamento da economia mundial, ela passava e passa a ser mais suprasumida às determinações do capital internacional.

A década de 1980, década perdida, segundo alguns, será suplantada pela de 1990. Para se ter uma pálida ideia, basta dizer que a importante taxa de investimento, a formação bruta de capital fixo sobre o PIB fletiu $\frac{1}{4}$ entre 1980 e 1996 (LIMA, 2001) p. 151). Assim:

Observar o comportamento dessa variável é também ilustrativo para desfazer alguns mitos, como o de que a década de 1980 teria sido a década perdida. Ao

longo dos anos 1980, a FBKF/PIB da economia brasileira foi, em média, de 18,55%. Ainda que muito inferior se comparada à performance da década de 1970 (média de 23,1%), essa taxa é muito mais substantiva do que a observada na década de 1990 (15,05%). Depois da *débâcle* do real forte (1999), essa razão caiu ainda mais: a média do período (2000-2004), para 13,6%. E, se tomarmos o período 1995-2004, que poderíamos chamar de “a mais neoliberal das décadas”, o resultado é 14,8%. O mesmo período dividido em seus diferentes reinados produz o seguinte: 15,72% para o primeiro governo de FHC, 14,55% para o segundo e 13,47% sob a batuta de Lula-Palocci (PAULANI, 2008b, p. 73-74).

O Plano Real veio para “solucionar provisoriamente” as contradições que se manifestavam de forma aguda na economia brasileira, que havia passado por vários planos de estabilização. Esse plano fará com que a dinâmica econômica nacional seja dominada e integrada à dinâmica internacional de forma subserviente. Os polos dinâmicos da economia brasileira vão pertencer às empresas transnacionais. A penetração dessas empresas provocou a falência de empresas nacionais e sua absorção por empresas estrangeiras. São 32 setores que deixarão de funcionar.

Nesse sentido, o Plano Real garantiu a demanda para os bens de luxo (indústria automobilística, em particular; a chamada linha branca: refrigeradores, máquinas de lavar, liquidificadores, além de eletroeletrônicos em geral). Às crises de sobreprodução e insuficiência de demanda dos países hegemônicos, inerentes ao processo sociometabólico capitalista, correspondeu uma modificação qualitativa na estrutura de consumo do mundo periférico, nas economias semi-integradas. Esse Plano se constituiu em mais uma violência contra o povo brasileiro, na medida em que a política macroeconômica levada a cabo pelo Estado nacional implicou congelamento salarial dos trabalhadores a fim de que a elite e a “classe média” alta pudessem *realizar* as mercadorias sobreacumuladas nos países hegemônicos. Tratava-se, então, de cooptar, de obter o apoio da maioria da população, e para fazê-lo o governo procurou satanizar a inflação, colocando-a como um monstro que a tudo devorava e que, portanto, ao debelá-la todos sairiam ganhando: povo, empresários e governo. Todos unidos na construção de um Brasil mais forte. *A propaganda foi a alma do negócio...* conforme reza o brocardo. Na realidade, a satanização desse fenômeno social pelo governo e pela imprensa escrita e falada visava ao amortecimento da combatividade operária. No período anterior ao Plano Real, a inflação atingiu altos índices. Logo, a virtude do novo Plano ao debelá-la – aliada ao bombardeio realizado por empresários, governo e meios de comunicação sobre o monstro da inflação – provocou a aceitação pela população dessa nova proposta de condução econômica. O resultado foi uma política tendente à desinflação e, mesmo, à deflação.

Lula, quando assumiu o poder, a política macroeconômica em voga era claramente neoliberal e, *pour cause*, ia ao encontro das volições, das querências e dos desejos empresariais. Nesse sentido, as políticas públicas efetuadas no governo FHC davam prevalência ao capital em detrimento da classe trabalhadora, mergulhada em amargos sofrimentos advindos, em grande parte, da aplicação do Plano Real em seu governo. A abertura da economia brasileira à economia globalizada, quando da implementação desse Plano, obedeceu à lógica inscrita na dinâmica econômica capitalista, que é a de resolver as crises intermitentes dos países cênicos. O papel dos países periféricos, então, é o de servir de esquadro para a produção excedentária da economia integrada.

Sendo assim, a sociedade – sofrida por anos de congelamento salarial, desemprego em alta, queda na formação bruta de capital fixo, taxas de juros exponenciais etc. – esperava um redirecionamento da política econômica, no sentido de dizer um não à subserviência ao FMI, de propor políticas públicas que viessem resgatar a enorme dívida social herdada do governo anterior, o que não aconteceu. O governo aumentou, em janeiro de 2003, a taxa de juros em 0,5%; e, depois, em 1%, provocando, como efeito imediato, o pagamento de R\$ 500 milhões de juros da dívida pública ao dia. Isso representou mais do que o dobro do mesmo gasto efetuado por FHC no mês de janeiro de 2002. A taxa de juros explosiva possibilitou o fantástico lucro dos bancos, parasitas do setor financeiro: R\$ 13,4 bi dos sete maiores bancos; o BC, com R\$ 31 bi de lucro, em 2004. Daí em diante, o setor bancário continuou a se apropriar das maiores taxas de lucro da economia brasileira. Esse fato, por sua vez, denota a opção do governo Lula, qual seja, administrar a crise do capital, e nesse sentido fica clara a política de prevalência a esse setor em detrimento das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do trabalho. Naturalmente, as consequências de tais políticas foram danosas para parte ponderável da sociedade brasileira, como se verifica adiante.

É interessante, entretanto, observar que os quatro reinados (dois de FHC e dois de Lula) seguiram, religiosamente, a cartilha do FMI, no que diz respeito à compreensão do fenômeno inflacionário e seu remédio. Para aquela instituição multilateral, a inflação seria um produto de excesso de massa monetária e não um produto de conflito distributivo. Esse fato faria com que os preços das mercadorias subissem por causa da insuficiente oferta, já que haveria demasiada demanda devido ao excesso de massa monetária. Essa visão é reiterada durante os quatro reinados, mesmo a economia brasileira sendo claramente pré-falimentar, na qual parte substantiva da população passa fome. Nesse sentido, a solução mágica é o aumento da taxa de juros, que, segundo os ideólogos de plantão, corrigiria o excesso de demanda. Na verdade, o que está pressuposto, mas não posto nessa política é que se visam a duas coisas, a saber: retirar parte considerável dos recursos da classe trabalhadora que se encontra

endividada junto ao mercado financeiro para, ao mesmo tempo, garantir o aumento da remuneração dos parasitas que vivem do Brasil cassino. Ela, classe trabalhadora, pagará, com a fome e sede, os rendimentos auferidos pelos especuladores bursáteis. Há, aí, uma transferência de renda às avessas. Com as elevadas taxas de juros, os títulos da dívida interna e externa têm rendido bons dividendos aos especuladores bursáteis. O aumento do superávit primário de 3,75% para 4,25% do PIB tem inviabilizado políticas sociais consentâneas com a realidade brasileira.

Mesmo no segundo reinado, o governo Lula continuou adotando “políticas monetárias contracionistas como decorrência natural do regime de metas de inflação” (BENJAMIM, 2004, p. 135). O diagnóstico desta é eminentemente monetário, portanto neoliberal, o que impossibilita seu desvelamento e sua real compreensão.

Na realidade,

a inflação é um fenômeno estrutural, isto é, ela não pode ser entendida como fenômeno monetário mas, ao contrário, como expressão no dinheiro, nos preços, dos conflitos existentes na infra-estrutura, na disputa entre capitalistas e trabalhadores pela divisão do valor criado pelo trabalhador. [...]

[...] A elevação geral de preços significa que os capitalistas aumentaram suas receitas em decorrência da venda de suas mercadorias a preços mais elevados e não aumentaram seus custos porque os salários nominais permanecem os mesmos. Logo, a inflação é um mecanismo de elevação de lucros e de redução de salários. Enquanto a sociedade se estruturar nas relações entre capitalistas e trabalhadores assalariados, a inflação será uma benção para os primeiros e uma desgraça para os últimos (CAMPOS, 1996, p. 56).

Erigida em uma variável básica para o controle da inflação, a taxa de juros tem sobrestado políticas públicas que venham ao encontro de necessidades prementes da maioria da população brasileira. Dessa forma, em termos de industrialização, o Brasil andou para trás. Os recursos voltados para o atendimento dos setores educação, saúde, saneamento básico, etc. ficaram a desejar, conforme veremos adiante. Nesse sentido, a política econômica e social do governo Lula continuou sendo a mesma do tempo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo documento do Ipea, ainda não publicado, a situação de portos, aeroportos, estradas, infraestrutura em geral estão à beira do colapso.

Interessante é notar que o governo tem, reiteradamente, dito que os gastos com pessoal é que freiam os investimentos que visam à melhoria da sociedade brasileira. Dito de outra forma, os salários estariam demasiadamente altos e seriam impeditivos de maiores e melhores investimentos governamentais. Afora isso, o governo teria que arcar com os pagamentos das dívidas interna e externa. Por outro lado, os gastos sociais do governo teriam se elevado; a população, portanto, estaria sendo muito bem atendida. Para melhor

entendermos esse processo complexo e contraditório, convém trazer à baila a famigerada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), promulgada no ano 2000, produto das investidas do FMI, com a ressalva, pelo governo brasileiro, de que esta lei viria sanear as finanças públicas. Diga-se, *en passant*, que o governo de plantão falava da lei como se tivesse sido pensada por ele.

Pode-se acrescentar, ao que foi dito, que a LRF garantiu o cumprimento do pagamento, por meio do superávit primário, aos credores das dívidas e, em compensação, amarrou o guizo no pescoço do trabalhador, o qual ficou com os salários acorrentados a um percentual da receita líquida. Para os risonhos e alegres credores capitalistas, pagamento ilimitado; para os “sarados” pela fome, os limites da lei (LIMA, 2008). Ao entrar em vigor, no ano 2000, tornou-se evidente que:

O propósito da LRF era e é estabelecer uma hierarquia nos gastos públicos que coloca em primeiríssimo e indisputável lugar o credor financeiro, em detrimento de alocação de recursos com fins distributivos (políticas de renda e políticas públicas de modo geral) e da viabilização de investimentos públicos. Por outro lado, a “austeridade fiscal” da LRF, que exige de prefeitos e de governadores esse tremendo aperto e a redução impiedosa nos gastos na área social, não impõem nenhum controle ou sanção aos que decidem a política de juros e elevam a dívida pública do país em favor dos credores nacionais e internacionais (PAULANI, 2008c, p. 58).

Outra promessa feita ao FMI pelo presidente Fernando Henrique Cardoso foi acatada em 2001, quando seu governo tratou de aprovar a emenda constitucional n. 37, liberando “da incidência de CPMF os valores investidos em bolsa de valores. Também passou a ser isenta de imposto de renda a distribuição de lucros de empresas a seus sócios brasileiros ou estrangeiros e a remessa de lucros ao exterior” (PAULANI, 2008b, p. 97).

Durante o governo FHC, em estrita obediência aos ditames do FMI, foram feitas “modificações no sistema previdenciário brasileiro, que era estruturado pelo regime de repartição simples e formava praticamente um monopólio do Estado” (PAULANI, 2008b, p. 97).

O governo alterou, substantivamente, o citado sistema, voltando-se para o mercado privado de previdência, por meio da capitalização; e entregou o “filé *mignon*” para os mercadores da saúde, em conformidade com o que era demandado pelo sistema financeiro. No novo regime de capitalização, “que caracteriza o mercado privado, cada um responde por si e tem um retorno futuro proporcional à sua capacidade de pagamento corrente” (PAULANI, 2008b, p. 98). Dessa forma, dava-se mais um passo em direção à servidão financeira da formação econômico-social brasileira, à dinâmica do processo de globalização.

Tendo “seguido a cartilha” do sistema financeiro, as consequências para a sociedade brasileira podem ser traduzidas em um esgarçamento maior das relações sociais no Brasil. Nesse sentido, o Quadro 1 permite que se tenha, de forma clara, a visão social do Governo Lula.

Quadro 1. Gastos com a dívida e gastos sociais

(milhões de reais)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Amortização da dívida	220.046	304.792	462.645	364.418	499.858	376.833	374.783	277.761	265.642
Juros da dívida	47.253	41.948	100.896	79.419	129.025	125.827	119.046	96.199	149.806
Assistência social	5.298	6.513	8.416	13.863	15.806	21.551	24.653	28.660	33.107
Saúde	23.633	25.434	27.172	32.973	36.483	39.736	40.215	44.553	48.683
Educação	11.637	13.223	14.224	14.533	16.188	17.336	21.388	24.608	28.443

Fonte: STN (apud ANDRADE, 2010, p. 14)

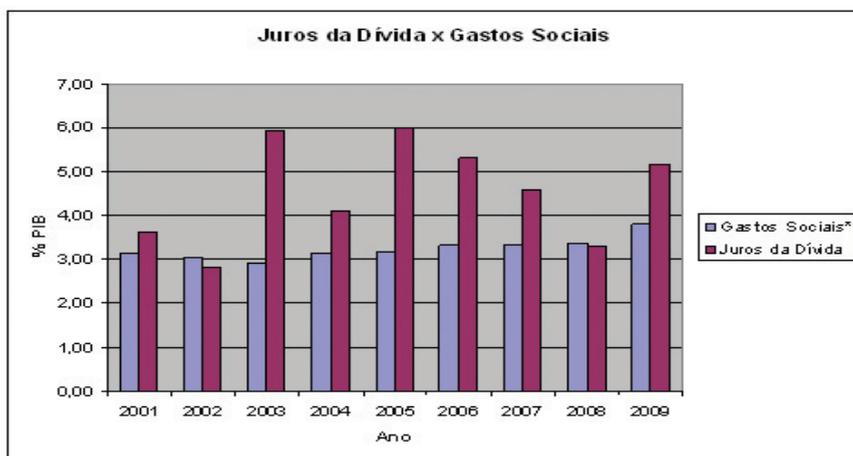
Por meio dos dados apresentados no Quadro 1, é possível identificar como está sendo utilizado o dinheiro, fruto da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em todos os anos da série, o volume de recursos destinados à amortização da dívida foi superior à soma dos recursos gastos com saúde, assistência social e educação. Para cada R\$ 1,00 (um real) gasto com o conjunto de ações das funções saúde, assistência social e educação, foram gastos com a amortização da dívida pública no período de 2001 a 2009 R\$ 5,42; R\$ 6,75; R\$ 9,29; R\$ 5,94; R\$ 7,30; R\$ 4,79; R\$ 4,35; R\$ 2,84; R\$ 2,41, respectivamente. Fica por demais clara a opção feita pelo Governo da Esperança. Esse quadro foi ainda mais agravado nos anos 2003 e 2005, quando os gastos com a amortização da dívida corresponderam a valores 929% e 730%, respectivamente, maiores que os gastos com as três funções sociais anteriormente citadas. A violência contra a maioria da sociedade é, aqui, múltipla se considerarmos o fato de que, sem acesso à educação, essa imensa parcela da população não possui “bagagem” suficiente para discernir, relacionar e mesmo ver os dados apresentados. Restar na ignorância e na luta pelo pão de cada dia parece ser a sina desse contingente populacional, como assinalava o autor da fábula das abelhas no excerto a seguir:

Assim como se deve velar para que os pobres não morram de fome, não devem receber nada que valha a pena poupar. [...] mas *a todas as nações ricas lhes interessa* que a parcela maior dos pobres nunca esteja inativa e, sem embargo, que gastem

continuamente o que percebem... Os que ganham a vida com seu trabalho diário [...] não têm nada que os acicite para ser serviçais, salvo suas necessidades, que é prudente mitigar, mas que seria insensato curar. [...] Do que expusemos até agora se depreende que em uma *nação livre*, onde não é permitido *ter escravos, a riqueza mais segura consiste em uma multidão de pobres trabalhadores*. [...] Para tornar *feliz a sociedade*” (que, naturalmente, se compõe de não trabalhadores) “e para contentar ao povo ainda em sua mísera situação, *é necessário que a grande maioria siga sendo tão ignorante como pobre*. O conhecimento amplia e multiplica nossos desejos, e quanto menos deseja um homem tanto mais facilmente podem satisfazer-se suas necessidades (MANDEVILLE, apud MARX, 2008c, p. 763). (Tradução livre, CL). (Grifos do autor)

O Gráfico 1 traz a comparação entre o volume de recursos direcionados ao pagamento de juros e os recursos destinados aos gastos sociais antes listados. Revela, ainda, que o contingenciamento⁴ de recursos (durante o período em tela) e os sucessivos superávits primários vieram ao encontro dos proprietários do capital e não das necessidades da classe trabalhadora, pois não houve variação significativa no volume de recursos destinados à saúde, à educação e à assistência social, mantendo-se este sempre abaixo de 4% do PIB, a uma média de 3,25%.

Gráfico 1. Juros da dívida x gastos sociais



Fonte: Gerência de Informações e Estatísticas da Dívida Pública/Codiv – STN (apud ANDRADE, 2010, p. 15)

Nota: * Saúde, assistência social e educação.

4 “Contingenciar. Ação relacionada com a administração do orçamento governamental mediante o qual um governo regula as despesas de acordo com as receitas, de tal forma a não apresentar dificuldades financeiras no decorrer de um exercício, embora a lei orçamentária possa autorizá-lo a realizar despesas maiores do que as que realiza em determinado período” (SANDRONI, 2005, p. 185).

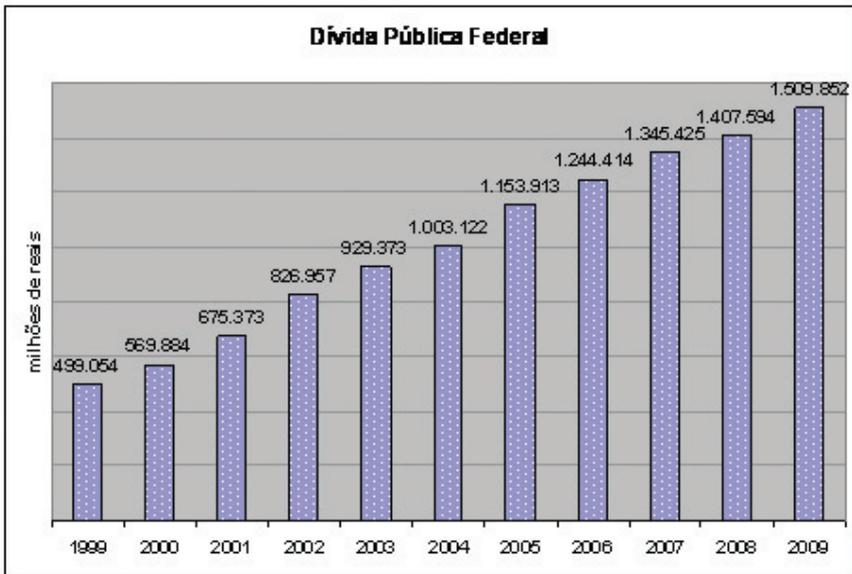
De forma diversa, após a edição da LRF, a relação juros/PIB aumentou consideravelmente, apresentando uma média de 4,54% do PIB no período de 2001-2009. Fica, assim, claro que os recursos contingenciados pelo poder público, provenientes da redução do montante de despesas correntes e dos investimentos do governo, estão sendo direcionados ao pagamento de despesas financeiras – juros da dívida – seguindo as determinações dos acordos firmados com organizações multilaterais de crédito, FMI e consortes, em detrimento da maioria da população. Na realidade, a política pública em apreço deixa clara sua pertinência de classe (está voltada para o atendimento dos interesses do grande capital) e, mais grave ainda, os recursos aludidos estão alimentando o capital fictício em detrimento do capital produtivo, este sim gerador de emprego e produtor de riqueza social. Dessa forma, parte ponderável do mais-valor produzido na economia brasileira servirá para a valorização do capital fictício das economias hegemônicas.

Novamente aqui se põe a questão relativa à falta de conhecimento do povo brasileiro, que não compreende a agenda posta pelo governo e pelos empresários e que é reiterada, *ad nauseam*, pelos meios de comunicação de massa. Desse modo, a maioria da sociedade sofre a violência do não saber, excluída do conhecimento por uma ideologia que só visa à valorização do capital. Interessante, nesse sentido, a seguinte apreciação:

O fato de que grandes diferenças de rendimentos e de condições de vida podem desencadear o ódio, o comportamento desordeiro e a violência quase não é novidade, mas o final do século XX acrescentou uma nova ruga à realidade de sua velhice: a tendência de o rico em informação provocar a raiva e a violência do pobre em informação. O pobre em informação representa uma categoria dispersa pelo mundo que pode ou não ser a mesma que a dos materialmente pobres.

O pobre em informação, precisamente pelo fato de não poder produzir, absorver ou manipular a informação em quantidades0 suficientes, ou com rapidez suficiente, torna-se disfuncional, quando não socialmente descartado. Sua disposição de trabalhar, sua força muscular são irrelevantes na era da informação (GEORGE, 2002, p. 32).

Outro fato importante a ser ressaltado é que – apesar da imensa drenagem de recursos obtida por meio dos superávits primários e do enorme volume de recursos destinados ao pagamento da dívida – o montante da dívida pública federal não foi, de forma alguma, reduzido em nenhum dos anos posteriores à edição da LRF, conforme o Gráfico 2 deixa entrever.

Gráfico 2. Dívida pública federal

Fonte: Gerência de Informações e Estatísticas da Dívida Pública/CODIV – STN (apud ANDRADE, 2010, p. 16)

Dessa forma, vê-se que as medidas impostas pela LRF não vêm ao encontro das necessidades da maioria da população, mas, sim, atendem aos credores da dívida, pagando juros escorchantes sem reduzir o montante dela. A violência, novamente, é perpetrada contra a sociedade que pensa ser o pagamento da dívida alguma coisa necessária para conseguir maiores e melhores condições de vida. Nesse sentido, o Brasil fica atado aos ditames dos credores internacionais; a dívida é sua coleira.

Cidades

As cidades que conhecemos se constituem no *locus* privilegiado do capital. Da mesma forma que o modo de produção capitalista passou por estágios diferenciados, livre concorrência, imperialismo, etc., as cidades também se desenvolveram em consonância com esses momentos, isto é, a sociedade capitalista em seu processo de acumulação produz e reproduz o tecido social conflitivo, contraditório e excludente que caracteriza a sociabilidade no mundo do capital. É inegável que a sociedade contemporânea se desenvolveu assentada na contradição capital/trabalho assalariado. Nesse sentido, a clivagem aludida é a manifestação, no real, da apropriação desigual dos frutos do trabalho humano, o que determina a cisão social entre proprietários e não proprietários dos meios de produção. Dito de outra forma, no processo de

produção o homem produz tanto meios de consumo quanto meios de produção, e, no capitalismo, ambos têm que assumir a forma social capital e este, ao mesmo tempo em que é propriedade de uma minoria, submete a maioria da sociedade a seus movimentos espasmódicos. Desse modo, segundo Bettelheim (1970, p. 95):

O processo de produção não é somente um processo de trabalho social, ele é, também um processo de reprodução de seus agentes e de seus respectivos lugares, portanto processo de reprodução das relações de produção; do ponto de vista social, esta reprodução é mesmo a única produção (é neste preciso sentido que Marx diz que, no modo de produção capitalista, a produção “produz” capitalistas e trabalhadores assalariados. (Tradução livre, CL).

Assim sendo, a relação capital é a que preside a produção e apropriação do espaço nas formações econômico-sociais capitalistas. Como o capital *põe* e pressupõe as relações sociais de exclusão inerentes à sua dinâmica, é exatamente nas cidades que vamos encontrar uma minoria social com pleno acesso ao que de melhor o trabalho social pôde produzir. As cidades que conhecemos trazem, portanto, a marca social do mundo do capital. Desse modo, os proprietários dos meios de produção e subsistência habitarão os bairros que apresentam melhor infraestrutura urbana em termos de hospitais, educação, saúde, habitação, trabalho, lazer, alimentação, etc. Em contrapartida, a grande maioria da sociedade encontra-se excluída do acesso à riqueza por ela produzida e está inexoravelmente adstrita às periferias, às favelas, aos mocambos, a lugares necessariamente afastados da cidade, do emprego, etc. Nesse sentido, segundo Rodrigues e Lima (2003, p. 59):

A cidade como *locus* privilegiado do capital vai ser o palco em que a luta entre os capitalistas e trabalhadores assalariados irá se manifestar. De um lado, os risonhos proprietários das condições sociais de trabalho procuram manter o *status quo*. Do outro, os sem direitos – [80] milhões de miseráveis, trabalhadores potenciais – excluídos da produção e consumo lutando para reverter o quadro de indignância e de desespero em que foram transformados. Não há como negar, no mundo do capital em crise, a necessidade premente da luta das classes trabalhadoras pela superação da sociedade atual, cuja essência é, pelo lado da classe trabalhadora, a própria produção social da infelicidade humana.

Historicamente, o capital desenvolveu-se e, no processo de seu desenvolvimento tortuoso, foi assumindo formas sociais cada vez mais complexas e completas como capitalismo liberal, imperialismo, capitalismo industrial, financeiro, etc. Mas foi no século XX, mais precisamente na crise de 1929, que o capitalismo se desenvolveu negando a categoria mais simples e elementar da

sociedade burguesa, a mercadoria. A produção de não mercadoria requer a canalização de grande parte dos recursos sociais para atividades improdutivo-destrutivas, conforme apresentado neste trabalho, e o concomitante desenvolvimento e dominação do capital fictício, não criador de excedente econômico, mas sugador de mais-valor criado na esfera da produção pelo capital produtivo. Este predomínio acarreta consequências desastrosas para a sociedade posto que o capital produtivo cede lugar ao capital fictício acarretando perda considerável de postos de trabalho e, na crise, esta perda se mostra ainda mais fantástica.

Nesse sentido, a cidade se torna o palco privilegiado das manifestações conflitivas, contraditórias e antagônicas de grupos, camadas e classes sociais irremediavelmente cindidos. Assim, a elite detentora da forma social capital se encarcera em verdadeiras prisões-fortalezas, cujos edifícios e condomínios de luxo se encontram gradeados e guardados por homens armados para defendê-la do que ela própria produziu:

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.
 Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida,
 fodidos e mal pagos.
 Que não são, embora sejam.
 Que não falam idiomas, falam dialetos.
 Que não praticam religiões, praticam superstições.
 Que não fazem arte, fazem artesanato.
 Que não são seres humanos, são recursos humanos.
 Que não têm cultura, têm folclore.
 Que não têm cara, têm braços.
 Que não têm nome, têm número.
 Que não aparecem na história universal, aparecem
 nas páginas policiais da imprensa local.
 Os ninguéns que custam menos do que a bala que os mata.

(GALEANO, 1991, p. 71).

Em contrapartida a classe trabalhadora desmobilizada e atônita em meio à investida arrasadora das políticas públicas neoliberais, algumas acima explicitadas, apresenta-se sem emprego, sem trabalho, sem educação, sem saúde, sem acesso a hospitais, restaurantes, sem...

Parte ponderável desses “excluídos do banquete” farão, nas cidades do capital, furtos, roubos, assaltos, arrastões etc. Incrustados na cidade, transformarão uma parte dela nas “cracolândias”, onde o narcotráfico prolifera umbilicalmente ligado ao tráfico de armas, órgãos e corpos de crianças, adolescentes, homens e mulheres lacerados para a valorização daquele que hoje capitanea a dinâmica social: o capital fictício.

Referências

ANDRADE, Rafael José Barbosa. Beneficiários da Lei de Responsabilidade Fiscal. Brasília: CCA, UnB, 2010. Monografia.

BENJAMIM, C. As relações do Brasil com FMI. **Governo Lula decifrando o enigma**. São Paulo: Viramundo, 2004.

BETTELHEIM, Charles. **Calcul économique et formes de propriété**. Paris: François Maspero, 1970.

CAMPOS, L. **A crise da ideologia keynesiana**. São Paulo: Campus, 1980.
_____. **O PT frente a crise do capitalismo**. Brasília: Núcleos de Base PT/DF, 1996.

COOK, Fred J. **O estado militarista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

FAUSTO, Ruy. Dialética marxista, humanismo e anti-humanismo. **Marx: lógica & política**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983.

GALEANO, Eduardo. Os ninguéns. **O livro dos abraços**. São Paulo: L&PM, 1991.

GEORGE, Susan. **O relatório lugano**. São Paulo: Boitempo, 2002.

KEYNES, J. M. O fim do laissez-faire. In: KEYNES, J. M. **Keynes**. Organização de Tamás Smrecsányi. São Paulo: Ática, 1984.
_____. **Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro**. Brasil/Portugal: Fundo de Cultura, 1970.

LIMA, Carlos. Trabalho, Estado e crise. In: VASCONCELOS, Helena Corrêa (Org.). **Múltiplos olhares sobre a educação superior**: a pesquisa como fio condutor. Belém: Edufpa, 2001.

_____. Gastos sociais e crise do capital. **Revista Innovar**, Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, v. 18, n. 32, 2008.

LUKÁCS, G. La visión del mundo aristocrática y la democrática. **Testamento político y otros escritos sobre política y filosofía**. Buenos Aires: Herramienta, 2004.

MARX, Karl. **Contribución a la crítica de la economía política**. Ciudad de México: Siglo XXI, 2008a.

_____. **El capital**. T. II, v. 4. México: Siglo XXI, 2008b.

_____. **El capital**. T. I, v. 3. México: Siglo XXI, 2008c.

_____. **El capital**. T. III, v. 6. México: Siglo XXI, 2009.

MOLLO, M. Rollemberg. Valor e dinheiro nos *Grundrisse*: uma discussão contemporânea. **O ensaio geral Marx e a crítica da economia política (1857-1858)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

O'CONNOR, J. **A crise do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PAULANI, Leda. O governo Lula é alternativa ao neoliberalismo? **Brasil delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008a.

_____. Investimentos e servidão financeira. **Brasil delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008b.

_____. O governo Lula, dezoito meses depois. **Brasil delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008c.

RODRIGUES, Edmilson; LIMA, Carlos A. F. Reflexões sobre a cidade e sua Gestão. **Quaestio: Revista de Estudos de Educação**, Sorocaba, Universidade de Sorocaba, 2003.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.